

Prestação de Contas

Exercício de 2017

07-03-2018



No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem a Direção da Associação de Socorros Mútuos de São Bento das Peras de Rio Tinto, adiante designada por Associação de São Bento ou Associação, submeter à apreciação e votação da competente Assembleia Geral, o Relatório e Contas, referente ao ano de 2017.

A Direção da Associação São Bento sofreu alterações ao nível da sua composição, na sequência da assembleia-geral extraordinária de 30 de novembro de 2017, cujo ponto único foi “Apreciação, Discussão e Votação da Proposta do Conselho Fiscal, para destituição dos titulares efetivos e suplentes da Direção da Associação de Socorros Mútuos S. Bento Peras de Rio Tinto”.

O então Presidente da Direção, Cláudio Melo, e a então secretária Ana Maria Rocha Dias já tinham apresentado a sua demissão em 15 de setembro de 2017 e 24 de outubro de 2017, respetivamente.

Um dia antes da assembleia-geral extraordinária de 30 de novembro de 2017, apresentaram a sua demissão os restantes membros efetivos da Direção, Tesoureiro Sr. Armando Pacheco e os Vogais Sr. José Carlos Correia Saúde e da Sra. Carmen Maria Ferreira de Jesus Melo.

Em virtude de ainda haver um suplente que ainda não tinha pedido a demissão nem recusado cargo, a Assembleia-geral pronunciou-se sobre a proposta do Conselho Fiscal, de destituição de todos os titulares efetivos e suplentes da Direção que, à data de votação, ainda não tenham pedido a sua demissão, com efeitos imediatos e de autorizar o Tesoureiro, Sr. Armando Pacheco, e o vogal da Direção, Sr. José Carlos Correia Saúde, a assegurar a mera gestão corrente e diária da Associação até à tomada de posse de novos titulares efetivos da Direção, confinando-se a mera gestão corrente e diária, apenas a atos de mero expediente e ao pagamento de despesas com pessoal, ao Estado e à Segurança Social, a fornecedores de bens e serviços correntes e de benefícios a Associados, tendo a proposta do



Conselho Fiscal sido aprovada, por unanimidade, num total de 45 associados com direito de voto.

No dia 22 de dezembro de 2017, teve lugar a eleição intercalar para a Direção, tendo havido uma lista única com a seguinte composição:

Número do Associado	Nome do Associado	Cargo
54638	CARLOS MOREIRA CASAL	Presidente
65277	DOMINGOS MARTINS NEVES	Tesoureiro
114180	JAIME CONDE COUTINHO	Secretário
124856	NUNO FILIPE MARTINS OLIVEIRA	Vogal
93147	JOSE MANUEL TEIXEIRA	Vogal
106565	FERNANDO AUGUSTO RIBEIRO CRUZ	Suplente
81447	EDUARDO DAVID CARDOSO MAGALHAES	Suplente

A atual Direção tem a obrigação de apresentar o relatório e Contas do exercício de 2017, sendo o desempenho verificado da exclusiva responsabilidade da Direção anterior.

Evolução da atividade

Assim, passaremos a apresentar dados relevantes sobre o exercício de 2017:

Movimento de Associados

Apresenta-se de seguida o movimento de associados nas 3 modalidades de benefícios (Subsídio de Funeral, Assistência Médica e de Enfermagem e de Solidariedade Associativa) que a Associação São Bento tem ao seu dispor.

Relativamente ao Subsídio de Funeral, o movimento de associados foi o seguinte:



Movimento de Associados (Subsidio de Funeral)

	2016	2017
Existentes em 1 de Janeiro	45 031	44 305
Admitidos + Readmitidos	408	412
Eliminados		
Eliminados por falecimento (com Direito)	733	665
Eliminados por abandono	401	1 657
Existentes em 31 de Dezembro	44 305	42 395

É prática comum da Associação São Bento de não considerar como associados ativos aqueles que devam mais de 12 quotas mensais, em fim de exercício, conforme determina o art.º 16.º, n.º 2, dos Estatutos em vigor, que proporciona uma maior transparência do movimento de associados e uma diminuição do número de associados mais significativa. Relativamente às restantes modalidades, apresentamos o seguinte movimento de associados:

Movimento de Associados (Assistência Médica e Enfermagem)

	2016	2017
Existentes em 1 de Janeiro	25	29
Admitidos + Readmitidos	7	9
Eliminados	3	5
Existentes em 31 de Dezembro	29	33

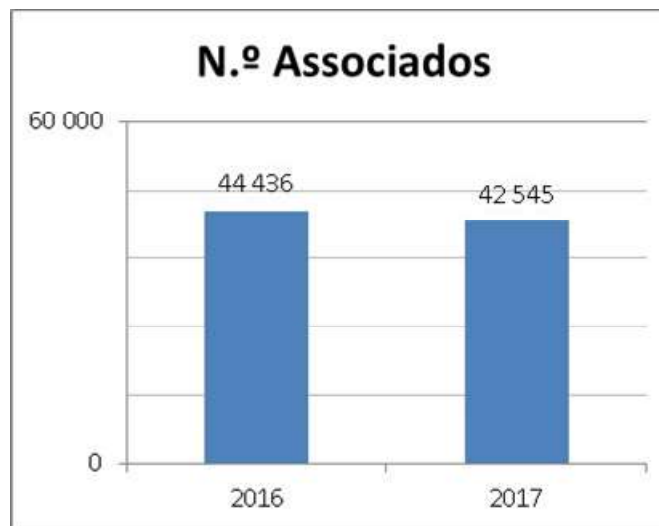


Movimento de Associados (Solidariedade Associativa)

	2016	2017
Existentes em 1 de Janeiro	88	102
Admitidos + Readmitidos	29	36
Eliminados	15	21
Existentes em 31 de Dezembro	102	117

Em síntese, a Associação São Bento apresenta em 31-12-2017 um total de associados de todas as suas modalidades que ascende a 42.545.

O mapa seguinte permite-nos analisar a evolução do número de associados.



Análise etária de Associados

A modalidade de Subsídio de Funeral é uma modalidade que acarreta responsabilidades futuras para a Associação, e é deveras importante haver uma preocupação pela análise etária dos associados que estão inscritos nesta modalidade.



O mapa seguinte mostra a evolução dos associados, desagregados por intervalos etários.

Idade	2016		2017	
	N.º Associados	%	N.º Associados	%
0-19	338	0,76%	294	0,69%
20-29	1 628	3,67%	1 439	3,39%
30-39	4 198	9,48%	3 652	8,61%
40-49	7 382	16,66%	6 720	15,85%
50-59	9 155	20,66%	8 697	20,51%
60-69	9 662	21,81%	9 271	21,87%
70-79	7 286	16,45%	7 427	17,52%
>80	4 656	10,51%	4 895	11,55%
	44 305	100,00%	42 395	100,00%

Verifica-se que os intervalos etários mais populosos em 31-12-2017 são 60-69, 50-59 e 70-79, por ordem decrescente.

Assistência médica

Na área da Medicina Preventiva, a cargo da Liga das Associações do Porto, tem-se revelado uma alternativa válida ao Serviço Nacional de Saúde. Na tabela abaixo, constata-se as diversas especialidades médicas da Liga a que os nossos Associados recorreram em 2017, segundo informações recolhidas junto da própria Liga das Associações do Porto.



	2016	2017		2016	2017
Aparelhos	12	1	Ginecologia	238	188
Audiograma	0	0	Implantes	5	5
Cardiologia	81	83	Infiltrações	0	0
Ces. Tabágica	0	0	Lodologia	0	0
Cirurgia Vascular	15	15	Medicina Interna	7	3
Cirurgia Geral	1	1	Neurologia	94	81
Clínica Geral Rio Tinto	3 422	1 928	Nutrição	4	7
Clínica Geral	387	410	Oftamologia	571	507
Clínica Geral ao domicilio	30	0	Ortopedia	66	81
Consulta da Dor	4	0	Otorrino	185	178
Colposcopia	2	4	Pediatria	34	39
Crioterapia	0	0	Pneumologia	23	19
Dermatologia	168	185	Podologia	61	48
Ecografias	56	0	Próteses	142	133
Endocrinologia	59	44	Psicologia	16	12
Enfermagem	300	332	Psiquiatria	124	145
Enfermagem ao domicilio	26	26	Reumatologia	29	23
Estomatologia	1 146	1 106	Terapia da Fala	5	1
Fisiatria	0	0	Tratamento Fisioterapia	1 872	1 327
Fisioterapia	153	121	Urologia	46	65
Gastroenterologia	53	17			
			Total	9 437	7 135

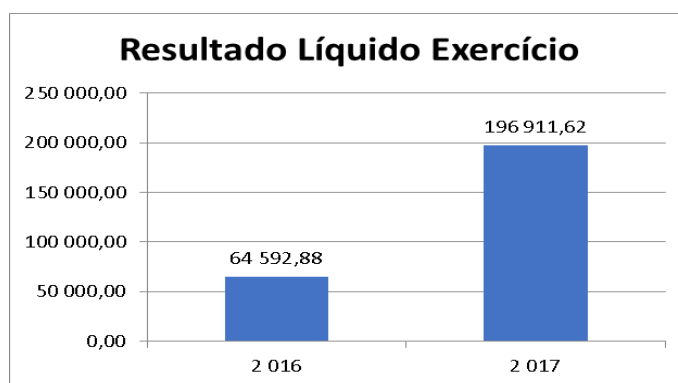


Assistência Jurídica

Neste serviço, foi prestada assistência a 39 Associados em 2017, quando em 2016 foi de 35.

Situação económica-financeira

O resultado líquido apurado em 2017 cifrou-se em 196.912 €.





Relatório e Contas da Direção

2017

De salientar os seguintes aspetos enformadores do resultado obtido:

- O valor apurado de € 196.911,62 €, representa cerca de 18,53% do total dos rendimentos obtidos dos associados (quotas e jóias).
- Um valor de € 546.130,00, representativo de 51,39% dos rendimentos obtidos dos associados, foi aplicado no pagamento dos apoios financeiros a associados, nos termos estatutários.

8

Política de Investimentos

(valores expressos em euros)

Política de investimentos	Período 2017			Período 2016	
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias	
Investimentos	Investimentos financeiros	97,76	51,77	112,57%	45,99
	Propriedades de investimento	4 649,30	(9 950,70)	(68,16)%	14 600,00
	Activos fixos tangíveis	199 264,78	185 874,60	1388,14%	13 390,18
	Activos intangíveis	5 681,37	(691,51)	(10,85)%	6 372,88
	Totais	209 693,21	175 284,16	509,41%	34 409,05
Desinvestimentos	Investimentos financeiros		0,00		
	Propriedades de investimento		0,00		
	Activos fixos tangíveis		0,00		
	Activos intangíveis		0,00		
	Totais	0,00	0,00		0,00
Investimentos - Desinvestimentos		209 693,21	175 284,16	509,41%	34 409,05

Situação patrimonial

(valores expressos em euros)

Balço funcional		31.12.2017	31.12.2016
Activos não correntes	1	735 267,32	550 576,12
Passivos não correntes	2	6 839 390,62	4 723 627,40
Capitais próprios	3	968 055,21	2 885 390,64
Fundo de manei	4 = 2 + 3 - 1	7 072 178,51	7 058 441,92
Caixa e equivalentes de caixa	5	7 039 231,48	6 970 538,18
Dívida financeira corrente	6	0,00	0,00
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	7 039 231,48	6 970 538,18
Necessidades cíclicas - Restantes activos correntes	8	151 713,92	199 835,39
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	118 766,89	111 931,65
Necessidades de fundo de manei	10 = 8 - 9	32 947,03	87 903,74



Falecimentos participados

Deixaram a Associação, vencidos pela Lei Natural da Vida, 665 associados.

Exprimimos aqui, aos familiares de todos aqueles que partiram, o nosso mais sentido pesar.

Agradecimentos

A Direção expressa o seu maior agradecimento:

- Aos senhores Associados pela confiança, e preferência que nutrem pela nossa Associação;
- Aos membros da Assembleia-geral, Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e toda a sua equipa;
- À União das Mutualidades Portuguesas pela colaboração prestada;
- A todos os funcionários, colaboradores e fornecedores que connosco trabalham com um grande sentido de responsabilidade e empenhamento;
- e a todos os demais que connosco trabalharam, numa interajuda desinteressada mas valiosa, prestamos o nosso melhor agradecimento.

Conclusão

Ao apresentar o Relatório e Contas do Exercício de 2017, a Direção submete-o à apreciação da Excelentíssima Assembleia-Geral.

Estrutura dos Fundos da Associação

Nos termos legais e estatutários, foi elaborado um estudo atuarial, por técnico independente, no sentido de quantificar as responsabilidades que a Associação tem com os seus associados no futuro, valor medido neste momento.



Relatório e Contas da Direção

2017

Esse estudo apurou um valor presente dessas responsabilidades, de 11.087.456,84 €.

Por outro lado, o valor no balanço para ocorrer a essas responsabilidades, apresenta-se evidenciado na rubrica “Fundos”.

Da conjugação desses dois valores, resulta uma insuficiência nos fundos das modalidades que a Direção proporá oportunamente formas de promover o equilíbrio, nos termos legais e estatutários.

Proposta de Aplicação de Resultados

Em respeito com o disposto nos Estatutos, a Direção da Associação de São Bento, propõe aos Exmos. Associados que sejam aplicados da seguinte forma:

	Modalidades			Fundo de Administração	Total
	Subsídio de funeral	Assistência Médica	Solidariedade Associativa		
Fundo Permanente Subsídio de Funeral	120 569				120 569
Fundo Próprio Assistência Médica e de Enfermagem		412			412
Fundo de Solidariedade Associativa			1 049		1 049
Reserva Geral	30 142	103			30 245
Fundo de Administração				44 637	44 637
Total	150 712	514	1 049	44 637	196 912

Rio Tinto, 7 de Março de 2018

A Direção

Presidente Carlos Moreira Casal _____

Secretário Jaime Conde Coutinho _____

Tesoureiro Domingos Martins das Neves _____

Vogal Nuno Filipe Martins Oliveira _____

Vogal José Manuel Teixeira _____



BALANÇO EM 31-12-2017

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2017 (POR NATUREZA E
POR FUNÇÕES)**

CONTROLO DO ORÇAMENTO VS REALIZADO 2017



Relatório e Contas da Direção

2017

Balanço em 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	3.2.1./5.	518 194	332 980
Propriedades de Investimento	3.2.2./6.	201 781	202 369
Activos Intangíveis	3.2.3./7.	14 045	14 078
Investimentos Financeiros	3.2.4./8.	1 247	1 149
Total Activo Não Corrente		735 267	550 576
Activo Corrente			
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	3.2.6./9.	78 968	102 522
Outras Contas a Receber	3.2.6./9.	70 579	95 198
Diferimentos		2 167	2 116
Caixa e Depósitos Bancários	3.2.6	7 039 231	6 970 538
Total Activo Corrente		7 190 945	7 170 374
Total do Activo		7 926 213	7 720 950



Relatório e Contas da Direção

2017

Descrição	Notas	2017	2016
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	2.3./3.2.8./17.	7 499 514	-
Reservas	2.3./3.2.8./10.	-	5 528 893
Resultados Transitados	2.3./3.2.8./10.	-	(2 803 177)
Excedentes de Revalorização	2.4./3.2.8./10.	83 111	83 111
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		12 666	11 970
	Subtotal	7 595 292	2 820 798
Resultado Líquido do Exercício		196 912	64 593
Total do Fundo de Capital		7 792 203	2 885 391
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões específicas	2.3./3.2.11./4.1.1./12.	-	4 709 205
Outras Contas a Pagar		15 242	14 422
Total Passivo Não Corrente		15 242	4 723 627
Passivo Corrente			
Fornecedores	3.2.6./9.	2 899	608
Estado e Outros Entes Públicos	3.2.9./10./18.1	5 625	4 415
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	3.2.6./9.	6 052	7 735
Diferimentos		1 496	1 496
Outras Contas a Pagar	3.2.6./9.	102 695	97 678
Total Passivo Corrente		118 767	111 932
Total do Passivo		134 009	4 835 559
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		7 926 213	7 720 950

13

Rio Tinto, 7 de Março de 2018

Técnico Oficial de Contas

Sílvia Maria Carvalho da Silva (OCC n.º 83557)

A Direção

Presidente Carlos Moreira Casal

Secretário Jaime Conde Coutinho

Tesoureiro Domingos Martins das Neves

Vogal Nuno Filipe Martins Oliveira

Vogal José Manuel Teixeira



Demonstração de Resultados por naturezas 2017

Descrição	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	3.2.5./11.	1 062 750	1 068 690
Fornecimentos e Serviços Externos	15.	(198 464)	(208 807)
Gastos com o Pessoal	3.2.7./14.	(121 662)	(108 433)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(38 413)	-
Provisões específicas (aumento/reduções)	2.3./3.2.11./4.1.1./12.	-	(258 372)
Outros rendimentos e ganhos	3.2.5./11./16.	19 242	24 156
Outros gastos e perdas	3.2.5./16.	(612 696)	(569 574)
Impostos		(3 684)	(738)
Dívidas Incobráveis		(26 272)	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		(3 690)	(11 066)
Outros Gastos e Perdas		(17 070)	(10 922)
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	3.2.10./13.	(561 981)	(546 849)
Resultado antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos		110 757	(52 340)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3.2.1./3.2.2./3.2.3./5./6./7.	(25 002)	(20 234)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		85 755	(72 574)
Juros e rendimentos similares obtidos	3.2.5./11.	111 157	137 167
Resultado antes de impostos		196 912	64 593
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado Líquido do período		196 912	64 593

Rio Tinto, 7 de Março de 2018

Técnico Oficial de Contas

Sílvia Maria Carvalho da Silva (OCC n.º 83557) _____

A Direção

Presidente Carlos Moreira Casal _____

Secretário Jaime Conde Coutinho _____

Tesoureiro Domingos Martins das Neves _____

Vogal Nuno Filipe Martins Oliveira _____

Vogal José Manuel Teixeira _____



Relatório e Contas da Direção

2017

Demonstração de Resultados por naturezas 2017 vs Orç. 2017

Descrição	Notas	REAL 2017	ORÇADO 2017
Vendas e Serviços Prestados	3.2.5. / 11.	1 062 750	1 085 708
Fornecimentos e Serviços Externos	15.	(198 464)	(206 794)
Gastos com o Pessoal	3.2.7. / 14.	(121 662)	(115 797)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(38 413)	-
Provisões específicas (aumento/reduções)	2.3. / 3.2.11. / 4.1.1. / 12.	-	(213 278)
Outros rendimentos e ganhos	3.2.5. / 11. / 16.	19 242	17 947
Outros gastos e perdas	3.2.5. / 16.	(612 696)	(555 900)
Impostos		(3 684)	(14 100)
Dívidas Incobráveis		(26 272)	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		(3 690)	-
Outros		(17 070)	(1 800)
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	3.2.10. / 13.	(561 981)	(540 000)
Resultado antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos		110 757	11 886
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3.2.1. / 3.2.2. / 3.2.3. / 5.6.7.	(25 002)	(30 000)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		85 755	(18 114)
Juros e rendimentos similares obtidos	3.2.5. / 11.	111 157	136 820
Juros e gastos similares suportados		-	(3 864)
Resultado Líquido do período		196 912	114 842

15

Rio Tinto, 7 de Março de 2018

Técnico Oficial de Contas

Sílvia Maria Carvalho da Silva (OCC n.º 83557)

A Direção

Presidente Carlos Moreira Casal

Secretário Jaime Conde Coutinho

Tesoureiro Domingos Martins das Neves

Vogal Nuno Filipe Martins Oliveira

Vogal José Manuel Teixeira



Relatório e Contas da Direção

2017

Demonstração de Resultados por funções 2017

Descrição		Modalidades			Fundo de Administração	PERÍODOS	
		Subsídio de funeral	Assistência Médica	Solidariedade Associativa		2017	2016
						REAL	REAL
Vendas e Serviços Prestados	3.2.5./11.	848 143	677	1 380	212 550	1 062 750	1 068 690
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Resultado bruto		848 143,20	676,80	1 380,00	212 550,00	1 062 750,00	1 068 689,50
Outros rendimentos e ganhos	3.2.5./12./17.	15 356	12	25	3 848	19 242	24 156
Gastos de distribuição							
Gastos administrativos		-255 480,95	-203,87	-415,69	-64 025,13	-320 125,63	-317 240,50
Fornecimentos e Serviços Externos	15.	-158 386,89	-126,39	-257,71	-39 692,75	(198 464)	(208 807)
Gastos com o Pessoal	3.2.7./14.	-97 094	-77	-158	-24 332	(121 662)	(108 433)
Gastos de Investigação e Desenvolvimento							
Outros Gastos		-546 017	-42	-85	-129 968	-676 111	-848 180
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		62 001,39	443,60	904,51	22 405,38	85 755	(72 574)
Gastos de financiamento (líquidos)		88 710	71	144	22 231	111 157	137 167
Resultado antes de impostos		150 712	514	1 049	44 637	196 912	64 593
Imposto sobre o rendimento do período						-	-
Resultado Líquido do período		150 712	514	1 049	44 637	196 912	64 593

16

Rio Tinto, 7 de Março de 2018

Técnico Oficial de Contas

Sílvia Maria Carvalho da Silva (OCC n.º 83557)

A Direção

Presidente Carlos Moreira Casal

Secretário Jaime Conde Coutinho

Tesoureiro Domingos Martins das Neves

Vogal Nuno Filipe Martins Oliveira

Vogal José Manuel Teixeira



Demonstração de Fluxos de Caixa 2017

	PERÍODOS	
	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	1 060 032,00	1 043 012,00
Pagamentos a fornecedores	2 291,19	373,97
Pagamentos ao pessoal	-121 400,39	-106 815,65
Caixa gerada pelas operações	940 922,80	936 570,32
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-792 209,72	-739 924,60
Fluxos de caixa das actividades operacionais	148 713,08	196 645,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	-213 315,91	-26 356,42
Activos intangíveis	-5 681,37	-6 372,88
Investimentos financeiros	-3 787,76	-11 111,75
Outros activos	-4 649,30	-14 600,00
Recebimentos provenientes de:	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	19 211,58	24 348,61
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	128 202,98	131 729,19
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento	-80 019,78	97 636,75
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes	68 693,30	294 282,47
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	6 970 538,18	6 676 255,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7 039 231,48	6 970 538,18



Relatório e Contas da Direção

2017

Rio Tinto, 7 de Março de 2018

Técnico Oficial de Contas

Sílvia Maria Carvalho da Silva (OCC n.º 83557) _____

A Direção

Presidente Carlos Moreira Casal _____

Secretário Jaime Conde Coutinho _____

Tesoureiro Domingos Martins das Neves _____

Vogal Nuno Filipe Martins Oliveira _____

Vogal José Manuel Teixeira _____



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
2017



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade: Associação de Socorros Mútuos de São Bento das Pêras de Rio Tinto

1.2. Sede: Rua da Boavista, 394, 4435-123 Rio Tinto

1.3. Natureza da atividade:

A Associação de Socorros Mútuos de São Bento das Pêras de Rio Tinto, constituída em 14 de Abril de 1895, e reconhecida por alvará régio de 24 de Março de 1898, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, de inscrição facultativa, com um número ilimitado de Associados, capital indeterminado e duração indefinida que, através da quotização dos seus Associados, pratica, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco, que passaremos a designar por Associação.

A Associação de São Bento prossegue as seguintes modalidades de benefícios individuais:

- Modalidade de Subsídio de Funeral;
- Modalidade de Assistência Médica e de Enfermagem;
- Modalidade de Solidariedade Associativa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013,



de 13 de Maio), o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo)
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho (Código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo: CC-ESNL);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo: NCRF-ESNL);

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Associação em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Associação recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho
- às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho



- às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pela IASSOCIAÇÃO e respetivas interpretações (SIC e IFRIC)

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Instituição.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Associação.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram consideradas substancial e de forma equilibrada as normas preconizadas, tendo no referencial contabilístico (SNC-ESNL), como no código das associações mutualistas e os estatutos da Associação.

A conjugação de tal ponderação, teve impacto na evidenciação das provisões específicas da actividade, no passivo, bem como na estrutura dos Fundos, na área dos Fundos Patrimoniais.

2.3. Indicação e comentário das contas de Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

2.3.1. Conforme mencionado na Nota 4.1.1. deste Anexo e com os fundamentos aí explicitados, as provisões específicas passam a integrar os Fundos Permanentes da Modalidade de Subsídio de Funeral pelo que a verba reconhecida em 2016 não é comparável no exercício de 2017. O resultado líquido do exercício de 2017 ascendeu a



196.912 €, ao passo que o resultado líquido de 2016 (não considerando a utilização de provisões específicas do setor) seria de 322.964 €.

2.3.2. Procedeu-se à reorganização das subcontas de Fundos Patrimoniais, criando as subcontas Fundo Permanente da Modalidade de Subsídio de Funeral, Fundo Próprio da Modalidade de Assistência Médica e de Enfermagem, Fundo Próprio de Solidariedade Associativa e Fundo de Administração. A subconta de “Fundo Permanente da Modalidade de Subsídio de Funeral” foi creditada por 80% do valor de Reservas legais e estatutárias e ainda do valor das Provisões Específicas, ascendendo a 5.999.611 €. Os restantes 20% do valor de Reservas legais e estatutárias e ainda do valor das Provisões Específicas foram creditados na subconta de “Fundos de Administração”, ascendendo a 1.499.902 €.

Em 2017, as contas de Reservas legais e Estatutárias e ainda das Provisões Específicas estão a zero, não podendo ser comparadas com o exercício de 2016.

2.3.3. Com exceção das contas mencionadas nos pontos 2.3.1 e 2.3.2, os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL). Assim, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, com exceção dos instrumentos financeiros onde se adotou o justo valor, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.



Relatório e Contas da Direção

2017

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Associação, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data de balanço.

- Regime de periodização económica (acrécimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos na rubrica de “Outras contas a receber”, em “Devedores por acréscimos de rendimentos”. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de “Outras contas a pagar”, em “Credores por acréscimos de gastos”.

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de “Diferimentos”, em “Rendimentos a reconhecer” ou “Gastos a reconhecer”, respetivamente.

- Consistência da apresentação



Os critérios de apresentação e a classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante nas demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- **Materialidade e agregação**

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovada para as ESNL.

- **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações (i) a mensuração dos ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de dívidas de duvidosas nas contas a receber, (ii) a dedução ao produto de quaisquer descintos



comerciais e abatimento de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito

- Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

3.2 — Outras políticas contabilísticas:

✓ 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

No reconhecimento inicial, os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo, deduzidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos demais ativos fixos tangíveis são calculadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



Os gastos de conservação e reparação, que não aumentam a vida útil ou não resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registados como custos do exercício.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alinação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados por naturezas nas rubricas de “outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

✓ 3.2.2. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo.

Os gastos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto do período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

✓ 3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.



As depreciações foram calculadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada natureza destes ativos.

✓ 3.2.4 Investimentos financeiros

Os “Investimentos Financeiros” encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os investimentos financeiros que a Associação detém dizem respeito a participações em associações mutualistas de grau superior, nomeadamente a Liga das Associações Mutualistas do Porto e a Mutuália-Federação Mutualista, tendo sido provisionados em 2013, considerando-se que os valores destes investimentos financeiros não são recuperáveis.

O valor do Fundo de Compensação do Trabalho é reconhecido pelo valor nominal do dispêndio.

✓ 3.2.5. Réditos

A Associação reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestação de serviços – através das quotas e jóias dos associados, reconhecida na demonstração de resultados
- Juros das aplicações financeiras – são reconhecidos numa base de proporcionalidade de tempo em que tome em consideração o rendimento efetivo do ativo.
- Outros rendimentos e ganhos:
 - Rendimentos prediais – através das rendas das propriedades de investimento
 - Consignação de IRS de acordo com a Portaria nº 80/2003 e do nº 6 do art.º 32 da Lei nº 16/2001, de 22 de Junho.



O rédito deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela Associação.

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

✓ 3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordos com os seguintes critérios:

- Associados - as dívidas dos membros são mensuradas pelo custo menos qualquer perda por imparidade.
- As dívidas a Fornecedores, contas a receber e a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo. São registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado - no reconhecimento inicial, a mensuração é feita pelo método do custo. No reconhecimento subsequente, estas contas são mensuradas pelo método do justo valor através dos resultados. As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.



- Caixa e Depósitos bancários – os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis, sem risco significativo de flutuações de valor.

✓ 3.2.7. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de natal, percentagens de cobrança, ajudas de custo e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

Os órgãos sociais são remunerados através de senhas de presença nas reuniões estabelecidas estatutariamente.

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como gasto imediato.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 01 de Janeiro de cada ano, sendo somente pago durante período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referidos.

✓ 3.2.8 Fundos Patrimoniais

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos pelo Fundo inicial, Fundo Permanente da Modalidade de Subsídio de Funeral, Fundo Próprio da Modalidade de Assistência Médica e de Enfermagem, Fundo Próprio de Solidariedade Associativa e Fundo de Administração.



✓ 3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em Janeiro de 2018, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de Dezembro de 2017.

✓ 3.2.10. Responsabilidades com Associados da Modalidade “Subsidio de funeral”

A modalidade de Subsídio de Funeral consiste na atribuição de um subsídio por falecimento do Associado ou de qualquer familiar abrangido pelo Regulamento de Benefícios da Associação, em vigor na sua nova versão desde 7 de Setembro de 2012.

Segundo o Artigo 17º - Condições de Atribuição de Subsídio de Funeral do Regulamento de Benefícios, “os Associados efetivos inscritos nesta modalidade há mais de trinta e seis meses e que não devam à Associação quantia superior a três quotas mensais têm direito a que, pelo seu falecimento ou pelo falecimento dos seus familiares, seja pago a quem provar ter realizado e pago o serviço de funeral os subsídios fixados nos termos dos números seguintes.”

O valor dos Subsídios de Funeral a atribuir aos associados e seus familiares são:

- a) Pelo falecimento do Associado, Euro: 630,00 € (seiscentos e trinta euros);
- b) Pelo falecimento do cônjuge ou equiparado, Euro: 220,00 € (duzentos e vinte euros);
- c) Pelo falecimento de filhos ou equiparados até à idade de 15 anos, Euro: 125,00€ (cento e vinte e cinco euros).

Os subsídios constantes nas alíneas b) e c) só serão devidos e pagos se os Associados tiverem sido admitidos até 7 de Setembro de 2012.



Mais, Segundo o Artigo 18.º - Prazo de Garantia Adicional para Atribuição de Subsídio de Funeral, e “sem prejuízo do disposto no número 1 do artigo 17º do Regulamento de Benefícios, os Associados que tenham sido admitidos nesta modalidade há menos de 35 anos e que na data do pagamento devam quotas superiores a 3 meses, só têm direito aos subsídios de funeral referidos no artigo anterior depois de decorridos, da data do integral pagamento, dez dias por cada mês de quotas de atraso.”

Os subsídios de funeral são contabilizados na conta 6892 - Outros gastos e perdas / Associados ou utentes / Prestações a associados das mutualidades, de acordo com o normativo contabilístico em vigor.

No exercício de 2017, considerou-se como gastos os processos de subsídios de funeral que deram entrada nos nossos serviços em Janeiro de 2018, em que o falecimento ocorreu ainda no ano de 2017 ou anterior, tal como ocorreu nos exercícios anteriores desde 2012.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Associação.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Com exceção das perdas por imparidade relativas a créditos de Associados (baseadas na norma estatutária de retirar da base de dados de associados ativos aqueles que têm débitos superiores a 13 meses) e dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o



da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

4 — Alterações Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

33

4.1. Alterações nas Políticas contabilísticas

4.1.1. Provisões específicas do sector

Nos termos do n.º 1 do artigo 51.º do Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de Março, as Associações Mutualistas devem organizar um Balanço Técnico com vista a apurar o montante das suas responsabilidades futuras para com os Associados.

Deste modo, sempre que uma Mutualidade prossiga modalidades de benefícios que designadamente impliquem a atribuição/pagamento futuro de benefícios pecuniários (tal como o Subsídio de Funeral) está a mesma obrigada a, periodicamente, calcular o valor atuarial dessas suas responsabilidades.

O valor atuarial de responsabilidades futuras assumidas pela Associação de São Bento perante os seus associados em determinada modalidade de benefícios é designado por Reserva Matemática.

Nos termos previstos no artigo 46.º do CAM, em relação a cada modalidade de benefícios que implique a existência de reservas matemáticas, deve ser constituído um Fundo Permanente destinado a garantir a Reserva Matemática dessa modalidade. Este Fundo Permanente não deve ser inferior ao valor das reservas matemáticas (artigo 46.º, n.º 1).

Nesse mesmo sentido, vai o disposto nos Estatutos da Associação de São Bento.



Em conclusão, as responsabilidades (futuras) assumidas pela Associação perante os seus Associados designadas Reservas Matemáticas de cada modalidade de benefícios são reconhecidas, por força do disposto no CAM e nos Estatutos, na conta de Fundos Patrimoniais, mais concretamente na subconta de Fundos Permanentes da Modalidade de Subsídio de Funeral.

Por outro lado, nos termos das notas 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL, constante do Aviso n.º 8259/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146 de 29 de Julho de 2015, as provisões só devem ser reconhecidas, quando a Associação de São Bento tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultado de um acontecimento passado e seja provável um exfluxo de recursos para liquidar tal obrigação. Nos termos da nota 13.6 um acontecimento passado só conduz a uma obrigação presente quando a entidade não tenha nenhuma alternativa por esta criada, caso que só se verifica quando tal liquidação seja, ou possa ser, imposta legalmente.

Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios sejam superiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, verifica-se a ocorrência de excedentes técnicos. Nos termos do artigo 53.º do CAM, pode tal excesso ser destinado, total ou parcialmente, à melhoria dos benefícios e/ou redução das quotas.

Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios forem inferiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, verifica-se a ocorrência de déficits técnicos, i.e., verifica-se a impossibilidade de concessão (atual ou futura) dos benefícios previstos aos Associados.

Ora, nos termos do artigo 20.º do CAM, nesta situação, é obrigatória a alteração do Regulamento de Benefícios com vista a reestabelecer o necessário equilíbrio técnico-financeiro daquela modalidade.



Em conclusão, os déficits técnicos de uma modalidade de benefícios em caso algum podem ser conhecidos como provisões já que, nos termos do artigo 20.º do CAM, a Associação de São Bento não só não está obrigada legalmente ao pagamento do déficit técnico como, ao invés, está obrigada a rever o respetivo Regulamento de Benefícios precisamente para que, a reposição do equilíbrio financeiro, tal deficit seja eliminado.

Na prática, trata-se de ajustar os benefícios a atribuir no futuro (e/ou montantes das quotizações) ao valor disponível nos Fundos Permanentes.

Decorrente da disposição anterior, não se verificam os pressupostos obrigatórios determinados pela NCRF-ESNL (e também pela NCRF n.º 21) para o reconhecimento dos déficits técnicos como provisões.

Assim, o valor das Reservas Matemáticas de modalidades de benefícios tem sempre de ser reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, concretamente nos Fundos Permanentes de cada modalidade (artigo 51.º do CAM), não devendo estes fundos serem inferiores àquelas Reservas Matemáticas. Em caso de déficit técnico, este não pode ser reconhecido como provisão por incumprimento das condições determinantes da nota 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL, mas antes divulgadas no Anexo às demonstrações financeiras como um passivo contingente.

Desta forma, a Associação de São Bento altera a sua política de reconhecimento de provisões específicas do setor.

5 — Ativos fixos tangíveis:

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.1.



Atendendo ao estado de uso e do desgaste verificado no passado, as taxas de amortização utilizadas em 2017 são as taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, para as diferentes classes do ativo fixo tangível.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Conta	Activo Fixo Tangível	%	Vidas úteis	Métodos de depreciação
Edifícios e O. Construções	Edifícios	2	50	Método da linha recta
Edifícios e O. Construções	Muros	5	20	
Edifícios e O. Construções	Vedações	8	12	
Edifícios e O. Construções	Instalações eléctricas	10	10	
Equipamento Administrativo	Mobiliário	13	8	
Equipamento Administrativo	Televisores	14	7	
Equipamento Administrativo	Telemóveis, Aparelhagens de som	20	5	
Equipamento Administrativo	Computadores	33	3	
Equipamento Administrativo	Máquinas de escrever, de calcular, de contabilidade e de fotocopiar	20	5	
Equipamento Administrativo	Máquinas não especificadas	13	8	

A Associação São Bento utilizou em 2017 o módulo “PHC Imobilizado”, possibilitando assim um controlo pleno dos seus ativos, completando assim o objetivo de conclusão do seu cadastro de imobilizado (agora denominados ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento).

Os imóveis que integram os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado extraordinariamente em 2004, através da atualização dos valores dos ativos fixos tangíveis e das amortizações acumuladas respetivas, segundo os valores patrimoniais tributários constantes do cadastro fiscal de 2004, tendo resultado uma reserva de reavaliação de 1.266,82 €.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:



Relatório e Contas da Direção

2017

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	Totais	
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	112 956,23	202 608,14	0,00	0,00	140 626,63	0,00	0,00	47 412,71	0,00	503 603,71	
	Depreciações acumuladas	0,00	(38 646,95)	0,00	0,00	(131 976,39)	0,00	0,00	0,00	0,00	(170 623,34)	
	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Quantias líquidas escrituradas	112 956,23	163 961,19	0,00	0,00	8 650,24	0,00	0,00	47 412,71	0,00	332 980,37	
Movimentos do período 2017	Aquisições em 1.º mão		1 260,00			33 641,10			164 363,68		199 264,78	
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais										0,00	
	Outras aquisições										0,00	
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										0,00	
	Trabalhos para a própria entidade										0,00	
	Outras										0,00	
	Revalorizações										0,00	
	Decréscimos por revalorização										0,00	
	De activos intangíveis em curso										0,00	
	Transferências										0,00	
	Deposito activos não correntes detidos para venda										0,00	
	Outras										0,00	
	Diminuições										0,00	
	Alienações										0,00	
	Abates										0,00	
	Outras										0,00	
	Depreciações			(5 005,82)			(9 045,51)					(14 051,13)
	Reversões de depreciações											0,00
	Diminuições por alienações e abates											0,00
	Perdas por imparidade											0,00
Aumentos de perdas por imparidade											0,00	
Reversões de perdas por imparidade											0,00	
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas	112 956,23	203 868,14	0,00	0,00	174 267,73	0,00	0,00	211 776,39	0,00	702 868,49	
	Depreciações acumuladas	0,00	(43 652,57)	0,00	0,00	(141 021,90)	0,00	0,00	0,00	0,00	(184 674,47)	
	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Quantias líquidas escrituradas	112 956,23	160 215,57	0,00	0,00	33 245,83	0,00	0,00	211 776,39	0,00	518 194,02	

6 — Propriedades de Investimento:

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.2.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Propriedades de Investimento	%	Vidas úteis	Métodos de depreciação
Edifícios	2	50	Método da linha recta

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, as



Relatório e Contas da Direção

2017

revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações das Propriedades de Investimento, encontram-se no seguinte quadro:

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo		Período 2017				Período 2016					
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Totais	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Totais
No começo do período	Quantias brutas escrituradas	60 150,01	253 443,86	0,00	0,00	313 593,87	60 150,01	238 843,86	0,00	0,00	298 993,87
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(111 225,26)	0,00	0,00	(111 225,26)	0,00	(106 081,73)	0,00	0,00	(106 081,73)
	Quantias líquidas escrituradas	60 150,01	142 218,60	0,00	0,00	202 368,61	60 150,01	132 762,13	0,00	0,00	192 912,14
Adições	Por aquisição		4 649,30			4 649,30		14 600,00			14 600,00
	Por dispêndio subsequente					0,00					0,00
	Por intermédio de concentrações empresariais					0,00					0,00
	Subtotais	0,00	4 649,30	0,00	0,00	4 649,30	0,00	14 600,00	0,00	0,00	14 600,00
Transferências	De/Para inventários					0,00					0,00
	De/Para activos fixos tangíveis					0,00					0,00
	De/Para activos detidos para venda					0,00					0,00
Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferenças cambiais líquidas	Resultantes da transposição das demonstrações financeiras para outra moeda de apresentação					0,00					0,00
	Resultantes da transposição de unidades operacionais estrangeiras					0,00					0,00
Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Perdas por imparidade	Reforços					0,00					0,00
	Reversões					0,00					0,00
Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Depreciações			(5 236,52)			(5 236,52)		(5 143,53)			(5 143,53)
Alienações						0,00					0,00
Outras alterações						0,00					0,00
No fim do período	Quantias brutas escrituradas	60 150,01	258 093,16	0,00	0,00	318 243,17	60 150,01	253 443,86	0,00	0,00	313 593,87
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(116 461,78)	0,00	0,00	(116 461,78)	0,00	(111 225,26)	0,00	0,00	(111 225,26)
	Quantias líquidas escrituradas	60 150,01	141 631,38	0,00	0,00	201 781,39	60 150,01	142 218,60	0,00	0,00	202 368,61

Os imóveis de rendimento sitos na Rua da Cavada Nova que integram os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, tendo sido reavaliados extraordinariamente em 2004, através da atualização dos valores patrimoniais tributários constantes do cadastro fiscal desse ano, de que resultou uma reserva de reavaliação de 23.196,25 €. Em 2010, foram reavaliados extraordinariamente seguindo o mesmo processo, tendo resultado uma reserva de reavaliação de 212.157,93 €.

7 — Ativos intangíveis:

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.3.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Relatório e Contas da Direção

2017

Activo Intangível	%	Vida útil	Método de depreciação
Programa de computadores	33,33	3	Método da linha recta

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se nos seguintes quadros:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em activos intangíveis com vida útil finita		Programas de computador			Totais	
		Gerados internamente	Outros	Subtotal		
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	0,00	39 133,64	39 133,64	39 133,64	
	Amortizações acumuladas	0,00	(25 055,57)	(25 055,57)	(25 055,57)	
	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	14 078,07	14 078,07	14 078,07	
Movimentos do período 2017	Adições	Aquisições em 1.ª mão		5 681,37	5 681,37	5 681,37
		Aquisições através de concentrações de actividades empresariais			0,00	0,00
		Outras aquisições			0,00	0,00
		Trabalhos para a própria entidade			0,00	0,00
		Outras			0,00	0,00
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização			0,00	0,00
		Decréscimos por revalorização			0,00	0,00
	Transferências	De activos intangíveis em curso			0,00	0,00
		De/para activos não correntes detidos para venda			0,00	0,00
		Outras			0,00	0,00
	Diminuições	Alienações			0,00	0,00
		Abates			0,00	0,00
		Outras			0,00	0,00
	Amortizações	Aumentos de amortizações		(5 714,36)	(5 714,36)	(5 714,36)
		Reversões de amortizações			0,00	0,00
		Diminuições por alienações e abates			0,00	0,00
Perdas por imparidade				0,00	0,00	
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas	0,00	44 815,01	44 815,01	44 815,01	
	Amortizações acumuladas	0,00	(30 769,93)	(30 769,93)	(30 769,93)	
	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	14 045,08	14 045,08	14 045,08	

8. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Associação detinha os seguintes Investimentos Financeiros:



Relatório e Contas da Direção

2017

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas dos investimentos financeiros		Período 2017					Período 2016				
		31.12.2017				Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	31.12.2016				Quantias escrituradas no reconhecimento inicial
		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros		Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros		Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	
Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo			Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas				
Investimentos em Associadas	Liga das Associações Mutualistas do Porto			0,00	1 246,99			0,00	1 246,99		
	Mutuália - Federação Mutualista			0,00	40 000,00			0,00	40 000,00		
Subtotais		0,00	0,00	0,00	41 246,99	0,00	0,00	0,00	41 246,99		
Títulos da Dívida Pública			3 876,38	(2 773,30)	1 103,08	(2 773,30)	3 876,38	(2 773,30)	1 103,08		

40

9. Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas no anterior Ponto 3.2.5. e nos pontos 18.2 a 18.8, e estão decompostas as respetivas contas.

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros		Período 2017					Período 2016				
		31.12.2017				Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	31.12.2016				Quantias escrituradas no reconhecimento inicial
		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros		Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros		Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	
Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo			Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas				
[Exceção (i) investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, (ii) direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados, e (iii) direitos no âmbito de contratos de seguros ou no âmbito de contratos de locações a não ser que estes contratos resultem numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com: (a) alterações no risco segurado/alterações no preço do bem locado; (b) alterações na taxa de câmbio ou (c) entrada em incumprimento de uma das partes)]						0,00				0,00	
Activos financeiros	Cientes	...				0,00				0,00	
		...				0,00				0,00	
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Adiantamentos a fornecedores					0,00				0,00	
	Accionistas/sócios	...				0,00				0,00	
		...				0,00				0,00	
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Outras contas a receber	Dívidas de Associados		78 968,00			78 968,00		102 522,00		102 522,00
		Beneficiários de mutualidades					0,00				0,00
		Fornecedores de investimento					0,00				0,00
		Devedores por acréscimo de rendimentos		56 568,09			56 568,09		73 604,33		73 604,33
		Outros devedores		2 166,51			2 166,51				0,00
		Subtotais	0,00	137 692,60	0,00		137 692,60	0,00	176 126,33	0,00	176 126,33
	Activos financeiros detidos para negociação	Derivados potencialmente favoráveis					0,00				0,00
		Acções e quotas					0,00				0,00
Obrigações Seniores			3 402 647,80			3 402 647,80		3 706 337,80		3 706 337,80	
	Subtotais	0,00	3 402 647,80	0,00		3 402 647,80	0,00	3 706 337,80	0,00	3 706 337,80	
Outros activos financeiros	...					0,00				0,00	
	...					0,00				0,00	
Caixa e depósitos bancários		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Caixa		85,82			85,82		74,33		74,33	
	Depósitos à ordem		586 300,60			586 300,60		504 441,31		504 441,31	
	Outros depósitos bancários		3 050 197,26			3 050 197,26		2 759 684,74		2 759 684,74	
		Subtotais	0,00	3 636 583,68	0,00		3 636 583,68	0,00	3 264 200,38	0,00	3 264 200,38
	Totais	0,00	7 176 924,08	0,00		7 176 924,08	0,00	7 146 664,51	0,00	7 146 664,51	



Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros		Período 2017				Período 2016				
		31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017		31.12.2016		
[Exceção (i) investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, (ii) direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados, e (iii) direitos no âmbito de contratos de seguros ou no âmbito de contratos de locações a não ser que estes contratos resultem numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com: (a) alterações no risco segurado/alterações no preço do bem locado; (b) alterações na taxa de câmbio ou (c) entrada em incumprimento de uma das partes]		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros		Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros		Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	
		Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo			Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo			
Passivos financeiros	Fornecedores	...	2 899,35		2 899,35	608,16		608,16	0,00	
	Subtotais	0,00	2 899,35	0,00	2 899,35	0,00	608,16	0,00	608,16	
	Adiantamentos de clientes		6 052,39		6 052,39	6 885,00		6 885,00	0,00	
	Accionistas/sócios	...			0,00				0,00	
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Financiamentos obtidos	Obrigações convertíveis enquadradadas no passivo				0,00				0,00
		Prestações suplementares enquadradadas no passivo				0,00				0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras contas a pagar	Outros credores		24 071,08		24 071,08	13 478,72		13 478,72	0,00
		Credores por acréscimo de gastos		80 119,40		80 119,40	85 694,40		85 694,40	0,00
	Subtotais	0,00	104 190,48	0,00	104 190,48	0,00	99 173,12	0,00	99 173,12	0,00
	Passivos financeiros detidos para negociação	Derivados potencialmente desfavoráveis				0,00				0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros passivos financeiros	...				0,00				0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	113 142,22	0,00	113 142,22	0,00	106 666,28	0,00	106 666,28		

10. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2017			31.12.2016		
	Activos	Passivos	Posição líquida	Activos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos		3 616,84	(3 616,84)		2 308,82	(2 306,82)
Imposto sobre o valor acrescentado			0,00			0,00
Outros impostos			0,00			0,00
Contribuições para a Segurança Social		2 007,83	(2 007,83)		2 108,55	(2 108,55)
Tributos das autarquias locais			0,00			0,00
Outras tributações			0,00			0,00
Totais	0,00	5 624,67	(5 624,67)	0,00	4 415,37	(4 415,37)

11 — Rédito:

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes réditos:



(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2017			Período 2016		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens		0,00%			0,00%	
Prestação de serviços	1 062 750,00	98,26%	(0,56%)	1 068 689,50	98,53%	(1,33%)
Juros		0,00%			0,00%	
Royalties		0,00%			0,00%	
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%			0,00%	
Rendimentos e ganhos nos instrumentos financeiros		0,00%			0,00%	
Rendas	17 597,32	1,63%	10,37%	15 943,84	1,47%	1,93%
Dividendos		0,00%			0,00%	
Consignação de IRS	598,74	0,06%	0,00%		0,00%	
Outros	583,08	0,05%	0,00%		0,00%	
Totais	1 081 529,14	100,00%	(0,29%)	1 084 633,34	100,00%	(2,02%)

12 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Tal como mencionado 2.3 e 4.1.1., a Associação de São Bento não reconhece a existência de provisões específicas, de passivos contingentes e ativos contingentes.

O quadro seguinte explicita a variação na conta de Provisões Específicas transferida para a conta de Fundo Permanente da modalidade de Subsídio de Funeral.

(valores expressos em euros)

Provisões	Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Provisões específicas	Outras provisões	Totais
Provisões acumuladas em 31.12.2016	0,00	0,00	0,00	0,00	4 709 204,97	0,00	4 709 204,97
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores						0,00
	Transferência de contas				(4 709 204,97)		(4 709 204,97)
	Por novas provisões						0,00
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas						0,00
	Quantias revertidas no período						0,00
Provisões acumuladas em 31.12.2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13. Responsabilidades com Associados da Modalidade “Subsidio de funeral”

Relativamente aos subsídios de funeral processados pela Associação, registaram-se os seguintes valores:



Relatório e Contas da Direção

2017

Subsídios de Funeral processados	Associados	Cônjuges	Filhos Menores	Total
N.º Subsídios de Funeral processados em 2016	714	313	5	1032
Valor unitário Subsídio de Funeral	630,00	220,00	125,00	
Valor de Subsídios de Funeral processados em 2016	449 820,00	68 860,00	625,00	519 305,00
N.º Subsídios de Funeral processados em 2017	754	344	3	1101
Valor unitário Subsídio de Funeral	630,00	220,00	125,00	
Valor de Subsídios de Funeral processados em 2017	475 020,00	75 680,00	375,00	551 075,00

43

Relativamente aos subsídios de funeral contabilizados, obtiveram-se os seguintes valores:

Subsídios de Funeral contabilizados	Associados	Cônjuges	Filhos Menores	Total
Valor de Subsídios de Funeral contabilizados em 2016	461 790,00	70 180,00	625,00	532 595,00
N.º Subsídios de Funeral processados em 2017, e não contabilizados em 2016	665	306	3	974
Valor unitário Subsídio de Funeral	630,00	220,00	125,00	
Subtotal	418 950,00	67 320,00	375,00	486 645,00
N.º Subsídios de Funeral processados em 2018, cujo óbito ocorreu em 2017 ou antes	82	35	1	118
Valor unitário Subsídio de Funeral	630,00	220,00	125,00	
Subtotal	51 660,00	7 700,00	125,00	59 485,00
N.º Subsídios de Funeral processados em 2017+Subsídio de Funeral de 2018, cujo óbito ocorreu em 2017 ou antes	747,00	341,00	4,00	1 092,00
Valor de Subsídios de Funeral contabilizados em 2017	470 610,00	75 020,00	500,00	546 130,00

14 — Benefícios dos empregados:

- ✓ a) O número médio de pessoas ao serviço da Associação repartido por área é o seguinte:

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas		Período 2017						Período 2016					
		Número médio de pessoas			Número de horas trabalhadas			Número médio de pessoas			Número de horas trabalhadas		
		Remuneradas	Não remuneradas	Total	Remuneradas	Não remuneradas	Total	Remuneradas	Não remuneradas	Total	Remuneradas	Não remuneradas	Total
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário	Tempo completo	5		5	8 745		8 745	6		6	10 962		10 962
	Tempo parcial	2		2	689		689			0			0
	Totais	7	0	7	9 434	0	9 434	6	0	6	10 962	0	10 962
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo	Homens	4		4	5 591		5 591	4		4	7 308		7 308
	Mulheres	3		3	3 843		3 843	2		2	3 654		3 654
	Totais	7	0	7	9 434	0	9 434	6	0	6	10 962	0	10 962

- ✓ b) Os gastos em que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:



(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais:	10 440,00	8 460,00
Remunerações do Pessoal :	89 212,94	80 787,80
Ordenados	45 553,38	41 588,50
Percentagens de cobrança	24 541,35	22 324,64
Serviço de angariação	859,00	275,00
Subsídios Férias e Natal	7 357,67	11 011,92
Outros custos	5 040,54	4 630,74
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para Pensões	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	20 626,59	18 365,52
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 382,37	812,66
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos de ação social	0,00	7,50
Totais	121 661,90	108 433,48

✓ **c) Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período do relato financeiro.**

De acordo com os Estatutos em vigor, os órgãos sociais da Associação são compostos pela Assembleia-Geral, Direção e Conselho Fiscal.

Em 2015, a Assembleia-geral foi composta por 3 elementos efetivos, a Direção foi composta por 5 elementos efetivos e 5 suplentes e o Conselho Fiscal foi composto por 3 elementos efetivos e 3 elementos suplentes.

✓ **d) Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos.**

Os membros dos órgãos sociais são remunerados, via senhas de presença às reuniões definidas estatutariamente e aprovadas em assembleia-geral.

✓ **e) Valor global das dívidas respeitantes ao pessoal e outros colaboradores da Associação**



Relatório e Contas da Direção

2017

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de “Cauções” apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Cauções»	31.12.2017	31.12.2016
Trabalhadores Dependentes	5 562,43	5 322,43
Trabalhadores Independentes	9 680,00	9 100,00
Totais	15 242,43	14 422,43

45

15 — Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2017	Período 2016
Subcontratos		0,00	0,00
Serviços especializados	Trabalhos especializados	(12 776,80)	(19 742,80)
	Publicidade e propaganda	(4 695,54)	(4 783,86)
	Vigilância e segurança	(564,76)	(552,22)
	Honorários	(157 102,14)	(153 765,39)
	Comissões	0,00	0,00
	Conservação e reparação	(1 856,33)	(7 128,16)
	Outros	0,00	0,00
	Totais	(176 996,57)	(185 972,43)
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	(1 004,27)	(518,83)
	Livros e documentação técnica	(140,00)	(140,00)
	Material de escritório	(3 418,25)	(3 548,08)
	Artigos para oferta	0,00	0,00
	Outros	(581,21)	(586,74)
	Totais	(5 143,73)	(4 793,65)
Energia e fluidos	Electricidade	(2 413,49)	(2 874,56)
	Combustíveis	0,00	0,00
	Água	(2 316,36)	(315,57)
	Outros	0,00	0,00
	Totais	(4 729,85)	(3 190,13)
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	(1 088,68)	(1 924,27)
	Transportes de pessoal	0,00	0,00
	Transportes de mercadorias	0,00	0,00
	Outros	0,00	0,00
	Totais	(1 088,68)	(1 924,27)
Serviços diversos	Rendas e alugueres	0,00	0,00
	Comunicação	(7 201,94)	(8 677,92)
	Seguros	(1 667,05)	(1 589,19)
	Royalties	0,00	0,00
	Contencioso e notariado	0,00	(345,00)
	Despesas de representação	0,00	0,00
	Limpeza, higiene e conforto	(237,65)	(189,88)
	Outros serviços	(1 399,26)	(2 124,55)
	Totais	(10 505,90)	(12 926,54)
	Totais	(198 463,73)	(208 807,02)



Relatório e Contas da Direção

2017

16 — Outros rendimentos e ganhos / Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos/Outros gastos e perdas” apresentava a seguinte decomposição:

46

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos e ganhos		Período 2017	Período 2016	Outros gastos e perdas		Período 2017	Período 2016
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos	Impostos directos	0,00	0,00
	Aluguer de equipamento				Impostos indirectos	0,00	0,00
	Estudos, projectos e assistência tecnológica				Taxas	(2 647,67)	(737,97)
	Royalties				Taxa Entidades Contratantes	(1 036,06)	0,00
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...	0,00	0,00
	Outros rendimentos suplementares				...	0,00	0,00
	Totais	0,00	0,00		Totais	(3 683,73)	(737,97)
Descontos de pronto pagamento obtidos				Descontos de pronto pagamento concedidos		0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber				Dívidas incobráveis		(26 272,00)	0,00
Ganhos em inventários	Sinistros			Perdas em inventários	Sinistros	0,00	0,00
	Sobras				Quebras	0,00	0,00
	Outros ganhos	30,00			Outras perdas	0,00	0,00
Totais	30,00	0,00	Totais	0,00	0,00		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	Aplicação do método da equivalência patrimonial			Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
	Alienações				Aplicação do método da equivalência patrimonial	0,00	0,00
	Outros rendimentos e ganhos				Alienações	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	Totais	0,00	0,00		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	Diferenças de câmbio favoráveis			Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
	Alienações				Alienações	0,00	0,00
	Outros rendimentos e ganhos				Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	Totais	0,00	0,00		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações			Gastos e perdas em investimentos não financeiros	Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
	Sinistros		975,00		Aplicação do método da equivalência patrimonial	0,00	0,00
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	17 597,32	14 968,84		Alienações	0,00	0,00
	Totais	17 597,32	15 943,84		Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	Correcções relativas a períodos anteriores			Outros gastos e perdas	Correcções relativas a períodos anteriores	(10 773,83)	0,00
	Imputação de subsídios para investimentos				Donativos	0,00	0,00
	Restituição de impostos				Quotizações	(1 749,40)	(1 749,40)
	Excesso da estimativa para impostos	432,44	472,35		Ofertas e amostras de inventários	0,00	0,00
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Insuficiência da estimativa para impostos	(397,64)	(1 245,22)
					Perdas em instrumentos financeiros	0,00	0,00
					Multas e penalidades	0,00	0,00
					Outros gastos e perdas	(4 148,86)	(7 927,44)
					Totais	(17 069,73)	(10 922,06)
	Outros não especificados	1 181,82	1 413,02		Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	Subsídios, donativos, bolsas de estudo	0,00
			Prestações a associados das mutualidades	(546 130,00)		(532 595,00)	
			Capitais vencidos - associados das mutualidades	0,00		0,00	
			Prestações dos regimes profissionais complementares	0,00		0,00	
			Rendas vitalícias - associados das mutualidades	0,00		0,00	
			Prestações pecuniárias de cuidados de saúde	(15 850,60)		(14 253,60)	
			...	0,00		0,00	
Totais	1 614,26	1 885,37	Totais	(561 980,60)	(546 848,60)		
Totais	19 241,58	17 829,21	Totais	(609 006,06)	(558 508,63)		



17 — Fundos Patrimoniais

Os fundos patrimoniais são constituídos pelas rubricas referidas na nota 3.2.8.

O mapa seguinte evidencia a variação ocorrida em 2017 nas contas de Fundos e nas contas de Reservas dos Fundos patrimoniais da Associação de São Bento.

47

	31-dez-17				
	Saldo inicial	Aplicação do RL de 2016	Transferências Reservas e Res. Transitados	Transferências de Provisões	Valor dos Fundos Permanentes
Fundo Permanente Subsídio de Funeral		51 674,30	2 180 573,03	3 767 363,98	5 999 611,31
Fundo Próprio Assistência Médica e de Enfermagem					0,00
Fundo de Solidariedade Associativa					0,00
Reserva Geral					0,00
Fundo de Administração		12 918,58	545 143,26	941 840,99	1 499 902,83
Total de Fundos	0,00	64 592,88	2 725 716,29	4 709 204,97	7 499 514,14

A transferência de 4.709.204,97 € da rubrica de “Provisões Específicas” encontra-se justificada nas Notas 2.3., 4.1.1. e 12.

A Associação de São Bento realizou um estudo atuarial à data de 31-12-2017 de forma a apurar o montante das reservas matemáticas da modalidade de subsídio de funeral.

Em 2017, o balanço atuarial foi elaborado pelo Dr. Henriques Pegas e as provisões matemáticas para a modalidade de Subsídio de Funeral ascenderam a 11.087.456,84€.

Uma vez que os fundos permanentes desta modalidade de benefícios são de 5.999.611,31€, regista-se a existência de défice técnico de 5.087.845,53 €.

Atendendo ao disposto no artigo 20.º do CAM, está a Direção obrigada a, de imediato, rever o respetivo regulamento de benefícios com vista ao restabelecimento do equilíbrio financeiro desta modalidade, i.e., ajustar o valor das responsabilidades futuras (Reservas Matemáticas) ao valor dos Fundos Permanentes, estando a Direção consciente desta imposição legal a envidar todos os esforços possíveis com vista a suprir tal défice.



Relatório e Contas da Direção

2017

A seguir evidencia-se a afetação da rubrica de fundo permanente do subsídio de funeral às reservas matemáticas e o respetivo grau de cobertura.

Fundo Permanente Subsidio de Funeral	5 999 611,31
Reserva Matemática	11 087 456,84
Grau de cobertura dos Fundos Permanentes/Reserva Matemática	54,11%

48

Os quadros seguintes evidenciam a afetação do património líquido a cada uma das rubricas de fundos patrimoniais (fundos permanentes da modalidade de subsidio de funeral) e às reservas matemáticas, bem como os respetivos graus de cobertura:

Fundos	Fundo Próprio/Permanente	Património afeto	% cobertura
Fundo Próprio Assistência Médica e de Enfermagem	0,00		
Fundo de Solidariedade Associativa	0,00		
Fundo de Administração	1 499 902,83	1 499 902,83	100,0%
Fundo Permanente Subsidio de Funeral/Excedentes revalorização ativos fixos tangíveis e intangíveis	5 999 611,31	6 426 309,89	107,1%
/Outras variações nos fundos patrimoniais	7 499 514,14	7 926 212,72	105,7%

Grau de cobertura do Património /Reserva Matemática

Total de Património Líquido	7 926 212,72
Reserva Matemática	11 087 456,84
Grau de cobertura do Património Líquido/Reserva Matemática	71,49%

18 — Outras informações:

18.1. Valor das dívidas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.

A Entidade não tem dívidas ao “Estado e Outros Entes Públicos” em situação de mora.



18.2 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, a Associação de São Bento efetuou um contrato de mútuo à Liga das Associações Mutualistas do Porto, entidade na qual a Associação de São Bento é societária, no valor de 25.000 €, financiamento esse de curto prazo que visa suprir necessidades de tesouraria da nossa Associada.